

Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas. Sonia Weidner Maluf & Carmen Susana Tornquist (org.). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010, 468 p.

Rosana Castro

Mestranda em Antropologia Social. Universidade de Brasília

A coletânea é resultado da pesquisa intitulada “Gênero, subjetividade e ‘saúde mental’: políticas públicas, ativismo e experiências sociais em torno de gênero e ‘saúde mental’”, desenvolvida desde 2006 no estado de Santa Catarina. Além de artigos produzidos a partir de diversas inserções em campo com pesquisadores em diferentes etapas de formação acadêmica, o livro conta com artigos de Diana Brown, Fabíola Rohden, Maika Arno Roeder e Rogério Azize, que não compunham a equipe do projeto, além de uma entrevista com Maria Lucia da Silveira. Os entrecruzamentos entre gênero, saúde e aflição, foco da então pesquisa, perpassam a obra como um todo e apresentam importantes contribuições ao campo de estudos que se debruçam sobre a saúde mental, sendo o recorte de gênero uma pertinente escolha das organizadoras levando em conta sua importância epidemiológica, intelectual e, sobretudo, política. A obra se dirige ao leitor com, pelo menos, duas preocupações que contextualizam e alinhavam os dez capítulos e a entrevista que compõem a coletânea. A primeira delas diz respeito à escassez de produção de conhecimento sobre o campo da saúde mental com abordagens antropológicas

sob a ótica do gênero. A segunda diz respeito ao fenômeno contemporâneo de medicalização da experiência do sofrimento, sendo a intervenção medicamentosa na vida daquelas diagnosticadas como doentes, principalmente através da prescrição de antidepressivos, um flagrante sintoma dessa atual tendência. A inflexão de gênero que ora utilizo acompanha a deflagração epidemiológica e política apontada pela obra: as mulheres são os principais sujeitos cujos corpos são atingidos por esse fenômeno. Nesse quadro, a obra situa-se como uma importante contribuição para compreensão do campo da saúde mental no Brasil, bem como para uma reflexão crítica sobre como saberes e práticas biomédicos podem colaborar para construir, reforçar e reproduzir desigualdades e opressões de gênero.

Ainda em um plano geral, nota-se que a diversidade de campos de pesquisa e abordagens denota a complexidade do campo da saúde mental. Apesar de praticamente todos os autores terem realizado pesquisa de campo em Santa Catarina – com exceção de Azize que o fez em Porto Alegre e Rohden que analisou textos escritos – os focos em diversos atores como cuidadores, militantes, profissionais de saúde, agentes

do Estado, pesquisadores do tema, indústria farmacêutica e mídia, além de mulheres em situação de sofrimento mental, já adianta àqueles pouco próximos da temática que a saúde mental está longe de ser uma questão exclusivamente restrita aos quadros da biomedicina. Além disso, os artigos se propuseram a analisar facetas diversas do campo da saúde mental sob uma perspectiva que incorpora as trajetórias pessoais, sociais e políticas das mulheres como aspectos que compõem suas experiências de sofrimento. Nesse sentido, mais do que contribuir para uma aproximação das dimensões imbricadas nesse contexto, propõem novas luzes ao paradigma da antropologia da saúde no Brasil, o qual costuma privilegiar concepções e representações sobre corpo, saúde e doença.

Apesar de não dividirem visualmente o livro em sessões específicas, as autoras explicitam que a distribuição dos capítulos tal qual efetuada busca contemplar as diversas abordagens e temáticas que compõem a obra, as quais, a exemplo do sugerido acima, podem também ser compreendidas como faces do campo da saúde mental do Brasil. Esta resenha busca, a partir desse momento, apresentar a coletânea agrupando os capítulos segundo as categorias sugeridas, correndo o risco de deslocar as linhas divisórias imaginadas pelas organizadoras e autores, mas confiando na permeabilidade e intersecção das abordagens e no potencial enriquecedor de uma leitura pouco rígida da obra.

Na sessão denominada “contextualização geral”, encontra-se o texto de Sonia Weidner Maluf, que analisa um

duplo e articulado movimento que compõe medicalização da experiência do sofrimento nas culturas urbanas contemporâneas: ao mesmotempoemqueavançamastecnologias do poder biomédico, parece haver uma franca adesão das mulheres em sofrimento às categorias e práticas biomédicas de percepção, descrição e intervenção sobre suas experiências de aflição. Nesse sentido, Maluf dialoga com a literatura já consagrada no campo dos estudos sobre o “nervoso” e se pergunta se não estaríamos diante de um outro paradigma: “o de uma racionalização médica da experiência subjetiva do sofrimento”(p.28). É possível colocar também nesta sessão o artigo de Ana Paula Müller de Andrade, na medida em que apresenta uma contextualização da história, desenvolvimento e implicações da realização da reforma psiquiátrica no Brasil, tendo o gênero como categoria para análise da presença das mulheres como usuárias, familiares, trabalhadoras, militantes e gestoras do campo da assistência em saúde mental.

Do segundo até o quinto artigos do livro notam-se semelhanças que permitem agrupá-los sob a categoria denominada de “experiências sociais”. Todos os capítulos aos quais me refiro tiveram como característica o fato de fazerem reflexões a partir de uma ancoragem etnográfica, fruto de pesquisa de campo realizada entre mulheres em situação de sofrimento. Além disso, no decorrer na leitura é marcante como o falar e o ouvir se mostraram elementos fundamentais nos contextos de pesquisa e, portanto, eixos centrais das análises antropológicas propostas nos textos. Sensivelmente, todas

as autoras privilegiaram a narrativa como recurso chave para a compreensão da experiência de aflição sob diversos aspectos e com diferentes implicações.

O artigo de Tornquist, Andrade e Monteiro trabalha duas formas diferentes de recuperação de itinerários terapêuticos, a partir de narrativas individuais e coletivas, apontando para o valor terapêutico da conversa e do compartilhamento de experiências. Destacam ainda que, nas narrativas dessas mulheres, suas vivências se encontram muito mais relacionadas às suas esferas pessoais e sociais, e menos à situação em que se encontram no “ciclo de vida”. Com pouca ênfase na questão de gênero, o texto de Anahi Guedes de Mello prioriza a análise de discursos de aflição e resiliência como indicadores dos modos de subjetividade engendrados pela experiência da deficiência. Explora, ainda, o lugar desse tema nos movimentos sociais, nas políticas públicas e na produção acadêmica – em especial, das ciências sociais.

Milena Argenta e Diana Brown refletem sobre o sofrimento de mulheres cujo trabalho é cuidar de outras mulheres em situação de doença. Enquanto que no contexto etnografado pela primeira, cuidado era encarado como atividade terapêutica, no caso da segunda o exercício diário de responsabilidade por outra mulher era, pelo contrário, fonte de desgastes de toda ordem. No trabalho de Argenta, o cuidado era resultado do engajamento voluntário das mulheres em instituições pastorais de saúde, sendo esta uma possibilidade de reestruturação de suas vidas após o marcante episódio da “crise”. No caso

analisado por Brown a responsabilidade do cuidado era quase que uma imposição, marcada pelas expectativas sociais e pelas obrigações entremeadas nos laços de parentesco estabelecidos na comunidade sob análise. Em ambos os textos, fica evidente a designação social das mulheres às atividades de cuidado.

O artigo de Maika Arno Roeder pode ser inserido na classe dos textos sobre a “desinstitucionalização da saúde mental no Brasil”. A autora analisa o processo de deslocamento de mulheres em sofrimento mental de uma instituição hospitalar para uma casa na qual se oferecia um serviço residencial terapêuticos, aos moldes da proposta pela reforma psiquiátrica iniciada na década de 1970. A condição de permanência nesse local tão apreciado por elas, segundo a autora, está sujeita ao cumprimento de normativas sociais dirigidas ao gênero feminino, tais como a realização de serviços domésticos. Nesse sentido, a avaliação dos comportamentos dessas mulheres no sentido de ponderar se devem permanecer na casa ou retornar ao hospital passa por critérios clínicos e morais imbricados.

Os artigos de Diehl, Manzini e Becker e de Rogério Azize incluem-se no grupo das análises a respeito da “cultura dos medicamentos”. O primeiro traz tabelas e entrevistas a respeito do alarmante processo de medicamentação dos corpos femininos a partir de pesquisa realizada em um centro de saúde de Florianópolis. As autoras apresentam e avaliam o problema da hipermedicalização de conflitos e problemas de ordem social e subjetiva e sua tentativa de resolução através da prescrição

e uso de medicamentos. Azize, por sua vez, traz uma inusitada etnografia que realizou entre estandes de empresas farmacêuticas expostos no Congresso Brasileiro de Psiquiatria. Entre descrições e reflexões, aponta para a atual, porém não única, visão fisicalista que reduz a mente e os fenômenos a ela relacionados ao cérebro e para o quanto, nesse contexto, os medicamentos ocupam posição central, seja em nível biomédico, seja em nível comercial.

No último artigo da coletânea, Fabiola Rohden nos brinda com uma intrigante análise crítica de teses de medicina da UFRJ do século de XIX e matérias de revista do século em que estamos. Traçando paralelos entre os dois períodos e as duas formas de produção e divulgação de verdades científicas, em reflexão consonante com a de Azize, Rohden sugere que estejamos diante de uma remodelação dos dualismos de gênero encontrados duzentos anos atrás, mas “agora repaginado com as cores da neurociência” (p.432). Seguindo a categorização das organizadoras da obra, este texto caberia na designação “produção científica da diferença”.

Por fim, as organizadoras apresentam uma entrevista realizada com Maria Lucia da Silveira, autora da obra “O nervo cala, o nervo fala”, citada como referência em boa parte dos artigos desta coletânea.¹ Sendo este o primeiro estudo antropológico a incorporar a perspectiva de gênero em estudo sobre os “nervos”, passados dez anos da publicação do trabalho temos a oportunidade de saber da autora como ela avalia tanto o lugar de sua obra na produção do campo da antropologia da saúde, quanto o processo

contemporâneo, tal qual sugerido por Maluf e Tornquist, de percepção e vivência das experiências “dos nervos” em termos biomédicos e farmacológicos, sobretudo pelas mulheres e nos mais diversos extratos urbanos.

A análise do processo de medicalização dos corpos femininos, já analisado em outros contextos como a ginecologia, avança com a publicação desta obra. Pela riqueza de contextos e situações abordadas e pela contundente contribuição, a presente obra é de leitura altamente recomendada para pesquisadores, militantes, gestores e demais interessados no assunto. Mais do que isso, apesar da ainda falta de incorporação de recortes de raça e sexualidade, é importante um alerta no que diz respeito à alarmante ausência da ótica do gênero no campo das políticas públicas, movimentos sociais e estudos acadêmicos sobre a saúde mental.

REFERÊNCIA

1. Silveira, ML. O nervo cala, o nervo fala : a linguagem da doença. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2000. 123 p.

Resenha apresentada em 25/10/2011

Aprovada em 15/11/2011